

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e  
14ª Conferência Internacional de História de Empresas**

**Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019**



**IMPERIALISMO, FORMAÇÃO ECONÔMICA RUSSA E REVOLUÇÃO DE 1917**

**Fábio Antônio de Campos**

## IMPERIALISMO, FORMAÇÃO ECONÔMICA RUSSA E REVOLUÇÃO DE 1917

Fábio Antônio de Campos<sup>1</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar como a combinação entre o imperialismo no limiar do século XX e a particularidade da formação econômica russa determinou a Revolução de 1917. Para tanto, o artigo se apoia na tese de “desenvolvimento desigual e combinado” de Lênin e Trotsky e sua relação com os principais fatos históricos que compõem temas como: industrialização, capital internacional, questão agrária e guerra. Nossa conclusão é de que a Revolução de 1917 se apresenta ao mesmo tempo como uma fratura no modo de produção capitalista, impondo-se como marco mundial que influi sobre outros espaços capitalistas, e a especificidade de um caso de economia dependente cujo enfrentamento de suas contradições criou um experimento social inovador contra o capitalismo. Palavras-chave: imperialismo, Rússia, formação econômica, industrialização, capital internacional, Revolução de 1917.

### ABSTRACT

The aim of this article is to show how the combination of imperialism at the threshold of the twentieth century and the particularity of Russian economic formation determined the Revolution of 1917. For this, the article is based on the thesis "Unequal and combined development" of Lenin and Trotsky and their relation to the main historical facts that compose themes such as: industrialization, international capital, agrarian question and war. Our conclusion is that the Revolution of 1917 appears at the same time as a fracture in the capitalist mode of production, imposing itself as a world landmark that influences other capitalist spaces, and the specificity of a case of dependent economy whose confrontation of its contradictions created an innovative social experiment against the capitalism.

Keywords: imperialism, Russia, economic formation, industrialization, international capital, Revolution of 1917.

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

## 1. Introdução

Recentemente foi comemorado o centenário da Revolução Russa de 1917 em que se reviu seus impactos e sua importância histórica<sup>2</sup>. Para nós, tal marco se mede pela fratura na universalidade burguesa diante das chances de se construir modos de vida alternativos ao capitalismo<sup>3</sup>. O momento se singulariza por trazer ao mesmo tempo a radicalização de um processo de modernização da Rússia, além de expressar as contradições imperialistas da crise capitalista que se revelavam tanto na forma de guerra, quanto em revolução. O desenvolvimento capitalista russo nos apresenta a particularidade de uma formação socioeconômica periférica, determinada pela implantação de certas forças produtivas e de relações sociais de produção, assim como se expressa em uma época atravessada por ações imperialistas que redundavam em barbárie, ou em sua superação via socialismo<sup>4</sup>.

Como forma de sistematizar os principais elementos que compõem a formação econômica russa, anteriores à Revolução de 1917, temos por objetivo neste artigo expor sucintamente um quadro histórico que exponha suas especificidades econômicas dentro do contexto internacional orientado pelo imperialismo<sup>5</sup>. Nesse processo temos a intersecção de dois dilemas: i)- Externo: a transformação do império russo em face ao capitalismo imperialista da Segunda Revolução Industrial; ii)- Interno: a reprodução conjunta entre absolutismo czarista e campesinato *vis-à-vis* a ascensão da burguesia russa e da proletarização da força de trabalho.

A partir desta chave analítica – isto é, da relação do condicionante internacional com o nacional, bem como da reprodução do arcaico com o moderno –, que se delimitou a conjuntura russa em sua formação econômica, servindo de base para as investigações históricas dos dois maiores líderes da Revolução de 1917: Vladimir Ilyich Ulyanov – Lênin, em obras como *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* de 1899 (1982) e Lev Davidóvitch Bronstein – Leon Trotsky, com *História da*

---

<sup>2</sup> A bibliografia sobre a Revolução Russa é bem ampla, em que destacamos: Bandeira (2017), Bettelheim (1978), Carr (1969), Coggiola (2007), Demier e Monteiro (2017), Ferro (1974), Lima Filho (2018), Losurdo (2004), Luxemburgo (2017), Maciel, Maia e Lemos (2007), Reed (1978), Reis Filho (2007; 2017). Para um guia historiográfico sobre o tema, ver Monteiro e Melo (2017) e Marxismo21 (2019).

<sup>3</sup> Segundo Hobsbawm (1998, p.62) “a Revolução Russa, ou, mais precisamente, a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, pretendeu dar ao mundo esse sinal. Tornou-se, portanto, tão fundamental para a história deste século quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX. Na verdade, não é por acaso que a história do Breve Século XX (...) praticamente coincide com o tempo de vida do Estado nascido da Revolução de Outubro”.

<sup>4</sup> Baran (1984, p.39) sintetiza esse contexto da seguinte forma: “as fortes tendências à estagnação, a conflitos imperialistas e a severas crises políticas, vislumbradas por Marx já na metade do século XIX e, mais tarde, observadas e analisadas por Hobson, Lênin, Hilferding, Rosa Luxemburg e outros, manifestaram-se tão cruamente, a ponto de constituir motivo de alarme para todos, exceto para os mais complacentes. Uma descontrolada corrida armamentista entre as grandes potências principiou a absorver parcelas crescentes de suas rendas nacionais e se tornou o fator individual mais importante na determinação do nível de atividade econômica. A Guerra Sino-Japonesa, a Guerra Hispano-Americana, a Guerra dos Bôeres, a sangrenta supressão da revolta dos Boxers, a Guerra Russo-Japonesa, a Revolução Russa de 1905, a Revolução Chinesa de 1911/12 e, finalmente, a Primeira Guerra Mundial anunciaram, em rápida sucessão, a época atual do desenvolvimento do capitalismo – a época do imperialismo, das guerras e revoluções nacionais e sociais”.

<sup>5</sup> Percurso similar pode ser conferido em Varela (2017).

*Revolução Russa* de 1930 (1978). Nestas duas obras, bem como em outras contribuições<sup>6</sup>, temos uma interpretação precisa sobre as pressões que se impuseram na Rússia: do externo para o interno; e, do seu passado feudal sobre a formação capitalista. Em síntese, o desafio destes autores foi entender (para revolucionar) como o desenvolvimento capitalista assimilado internamente por ondas retardadas do centro do sistema se articulava à realidade russa com tempos históricos distintos – marcados por formas pretéritas de organização social e distribuídas heterogeneamente num amplo espaço geográfico eslavo, ou seja, um típico “desenvolvimento desigual e combinado”<sup>7</sup>.

Por meio dos principais fatos históricos, faremos neste artigo o esboço da conjuntura internacional que gestou o imperialismo, bem como suas características gerais. Em seguida, mostraremos como a Rússia se inseriu na disputa imperialista, assim como as contradições de sua formação econômica se combinaram com o momento político que determinou a Revolução de 1917. Por último, trazemos uma breve conclusão.

## 2. Imperialismo e Império Russo

A conjuntura internacional da Revolução de 1917 esteve marcada principalmente pelo imperialismo e sua manifestação mais bárbara com a Primeira Guerra Mundial<sup>8</sup>. Em um processo de ininterrupta concentração e centralização de capital, que permitiu a monopolização das principais economias mundiais diante da socialização da produção e da apropriação privada do mais-valor, o mundo capitalista se organizou por grandes oligarquias financeiras (cartéis e trustes) no final do século XIX em disputa por mercados consumidores e de fornecimento de matérias primas e alimentos via recolonização formal da Ásia e da África, e informal da América Latina. Nesse sentido, o período “concorrencial” inglês que marcava o capitalismo originário dera lugar a um antagonismo crescente entre as economias tardias com acelerado desenvolvimento industrial, tais como: a Alemanha, EUA e Japão<sup>9</sup>.

Até à Segunda Revolução Industrial havia uma espécie de “concerto das nações” sob hegemonia inglesa. A dinâmica capitalista não era, todavia, determinada unilateralmente pela

---

<sup>6</sup> Lenin (1973) e Trotsky (1961; 1979; 1980; 1985).

<sup>7</sup> Sobre a interpretação desta teoria a partir de Lênin e Trotsky ver Chilcote (2012), Del Roio (2007), Demier (2017), Löwy (1998) e Novack (2008).

<sup>8</sup> O eixo de análise do fenômeno do imperialismo pode ser entendido como uma continuidade reflexiva da crítica à economia política de Marx (1984) que, mesmo sem cunhar o termo, já havia antecipado suas tendências contemporâneas e contradições que deram as bases para que Hilferding (1985), Luxemburg (1985), Bukharin (1984) e Lênin (1979; 1986) o interpretassem como algo endógeno do modo de produção, culminando em barbárie na forma de guerras. Na linha oposta, identificando o fenômeno como algo exógeno ao capitalismo, uma espécie de desvio atávico dos antigos impérios que atravança a economia de mercado, destacamos Berstein (1982), Hobson (1981), Kautsky (2008) e Schumpeter (1961).

<sup>9</sup> Sobre economias capitalistas tardias ver Aptheker (1969), Aramtsu (1977), Gerschenkron (2015), Kemp (1985), Moore Jr. (1961) e Oliveira (2003).

Inglaterra, visto que dependia da capacidade produtiva de cada nação e sua forma de se organizar internamente. Havia uma diferenciação na articulação, uma vez que EUA e Europa tinham uma posição ativa e de não alinhamento automático à Inglaterra que até permitiu iniciar a industrialização pesada nestes países; enquanto a América Latina, África e Ásia estavam subordinados. Com a “Grande Depressão” em 1873 e o acelerado desenvolvimento industrial das economias tardias, a concorrência intercapitalista se lançava entre as nações por meio de superlucros monopólicos, redução de custos por crescentes economias de escala, e, pelo aumento do protecionismo<sup>10</sup>.

Estas economias tardias que desafiaram o padrão hegemônico inglês, cada qual ao seu modo, tiveram que enfrentar seu passado, seja ele de origem medieval, feudal ou colonial; *pari passo*, disputar uma fatia do mercado mundial para exportar bens ou capitais como forma de mover a acumulação em um estágio superior à fase originária. Assim, passaram por grandes tensões sociais internas via luta de classes, construindo sistemas econômicos nacionais com um elevado grau de autonomia relativa, que permitiu uma centralização estatal protecionista e padrões tecnológicos e financeiros emancipados do controle do capital internacional<sup>11</sup>. Sejam pelas políticas de economia de guerra de Otton von Bismarck (1871-1918), a Guerra Civil norte-americana (1861-1865), ou a Revolução Meiji (1868), a Alemanha, EUA e Japão se tornaram economias imperialistas de vanguarda que determinariam a Segunda Revolução Industrial. Dentro do espectro do nacionalismo, buscaram enquadrar as classes trabalhadoras aos ditames de seus desenvolvimentos econômicos, parindo o capital financeiro e sua internacionalização, além de criar as bases estruturais para o consumo de massas que seria difundido em todo século XX, ampliando o nível de alienação e de racionalização da vida<sup>12</sup>.

Conquanto a Inglaterra se solidarizasse com a expansão e desenvolvimento capitalista das principais economias tardias, a superação do estágio originário pelo monopolista exigiu uma centralização estatal, tecnológica e financeira que se transformaram em rivalidades imperialistas inconciliáveis. Mesmo que tenha uma explicação geral no processo de maturação da acumulação capitalista – cara, portanto, à crítica da economia política – tal tendência ocorreu a partir de certas particularidades históricas. O imperialismo seria algo incontornável dentro do processo de centralização capitalista –, a superestrutura, por assim dizer, desse padrão econômico de dominação mundial. Ademais, a ascensão da classe burguesa no mundo, que culminou na forma imperialista,

<sup>10</sup> A complementaridade econômica entre a Inglaterra e as economias de desenvolvimento capitalista tardio, a inserção periférica ao padrão monetário internacional do século XIX ao limiar do XX, e sua relação com o comércio e o fluxo de capitais, podem ser conferidos em Eichengreen (2002), Kenwood e Loughheed (1972), Hobsbawm (1986a; 1986b; 1998; 2002) e Mommsen (2002).

<sup>11</sup> A origem do questionamento do livre-cambismo inglês se deu com Alexander Hamilton (1934) e Friedrich List (1983) que defendiam o protecionismo como instrumento de constituição de um sistema econômico nacional dotado de autonomia financeira.

<sup>12</sup> Fenômeno conhecido como “americanismo e fordismo” segundo Gramsci (2007).

encerraria uma Era da humanidade e o fim da sua dimensão progressista (BARAN, 1984), algo que Marx (2011) também antecipou em *18 Brumário*. A universalidade burguesa se desfez, sendo que as socialdemocracias alemã e russa teimavam em defender que o surgimento do socialismo dependeria do avanço econômico por meios democrático-burgueses. Com isso, distorciam o sentido do modo de produção capitalista que se orientava pelas contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, acreditando que a revolução poderia simplesmente acontecer na história, quando na verdade ela teria que ser feita, organizada (IASI, 2008).

Senão vejamos. O acirramento da luta de classes ocorreria à medida que o capital financeiro representava a consolidação de um poder nacional cristalizado em múltiplos interesses burgueses que, além de aumentar em escala geométrica as possibilidades de lucro por meio da intensificação na exploração da força de trabalho, redistribuía suas funções de apropriação de valor e arranjos creditícios para recentralizar oligarquicamente o comando (HOBSON, 1985; HILFERDING, 1985; LENIN, 1979). Se antes as unidades econômicas operavam de forma independente, agora, se ligavam por canais creditícios que organizavam uma gestão única dos negócios, geralmente em plataformas nacionais cujos interesses financeiros se associavam às estratégias militares expansionistas, configurando naquilo que Bukharin (1984) chamou de lógica de conquista.

Adicionalmente, havia uma separação dos que viviam da renda do capital daqueles que organizavam a produção, mas para que a oligarquia comandasse a “unidade do capital” – espécie de nexos que ligava as partes subordinando-as ao seu poder, a dimensão financeira aliada à indústria internalizaria o componente especulativo dos ativos de forma permanente, em especial para retornos diferenciais de capitais fictícios (ações, títulos públicos e privados, letras de câmbio e promissórias diversas). Tamanha potência de acumulação na nova forma de apropriação do capital, obviamente, fez do mercado interno de origem do capital financeiro um espaço econômico a ser projetado no exterior para busca de “lucros extraordinários” (MARX, 1984). O passo decisivo para conquista de mercados externos se definiria não apenas pelo comércio entre bens manufaturados e primários, mas, sobretudo, via exportação de capital. Com isso, o chamado capital internacional, que na fase originária do capitalismo inglês poderia servir como um financiador de indústrias nascentes em economias tardias como Alemanha, EUA e Japão, se tornara um conquistador movido pela busca de controle das economias periféricas por estas novas potências; ou seja, a exportação de capital tornava-se exportação de uma relação social de poder, um novo instrumento de controle à distância (BUKHARIN, 1984; HILFERDING, 1985; LENIN, 1979). Muito mais do que mera contra tendência à queda da taxa média de lucro que Marx se referiu no livro III de *O Capital* (1984), a exportação de capital, como ampliação de domínio imperialista do capital financeiro, tornou-se a própria tendência,

que se fortalece até a atualidade (BREWER, 1990, BROWN, 1978, CAMPOS e SABADINI, 2014). Com a possibilidade de valorização potencializada no mercado interno e na conquista de novos, o imperialismo revelava sua face violenta ao reinventar formas pretéritas de exploração em regiões onde o capitalismo não havia se tornado uma relação social predominante, aniquilando formas primitivas que se antepunham à sua saga conquistadora (LUXEMBURG, 1985).

Plasmada à rivalidade entre nações imperialistas, a concorrência capitalista também mudaria o patamar quantitativo e qualitativo das guerras, que antes eram limitadas a determinadas cúpulas aristocráticas e imperiais, mas que a partir desse momento envolveriam civis e todas as forças produtivas. A guerra constituiria naquilo que Lênin (1979) mostrou como a manifestação empírica do imperialismo, revelando a face imperialista sem subterfúgios. Uma “guerra total” em que se daria em escala industrial envolvendo toda sociedade sem restrições e desestruturando as alianças, cujas contradições das economias nacionais se espalharam por todo o globo (HOBSBAWM, 1998). Em síntese, a “guerra total” mostrava que um ataque à sociedade civil e às suas relações de produção significava parte da estratégia militar, uma verdadeira economia de guerra.

Seria neste contexto que a formação econômica russa se desenvolvia rumo a um certo tipo de capitalismo periférico, pois embora fosse um império, reproduzia relações de servidão na sua base social, e o absolutismo na sua cúpula czarista, impedindo, mesmo com certo nível de desenvolvimento capitalista, de se transformar em uma potência imperialista (KEMP, 1985). O país eslavo não edificou um capital financeiro capaz de potencializar a valorização capitalista e conquistar outros mercados pela exportação de capital. Ao contrário, a Rússia era um império dependente financeiramente das potências imperialistas. Mesmo deslocando parte das relações de trabalho servis para proletariadas, a economia russa estava dependente de padrões tecnológicos, militares e financeiros das economias líderes da Segunda Revolução Industrial, principalmente Alemanha. Tornar-se um capitalismo de autonomia relativa, capaz de disputar os mercados mundiais, enquadrando a classe trabalhadora e os camponeses na lógica burguesa, que no capital financeiro tem a principal plataforma de valorização capitalista, significava um acerto de contas com o passado, cuja equação geralmente se resolvia violentamente na forma de guerras civis, revoluções ou contrarrevoluções.

Diante de tais desafios, é necessário entendermos a especificidade da formação econômica russa. Enquanto o Estado se fortaleceu na Europa como resultado do enfraquecimento dos laços servis pelo fim do feudalismo, naquele país seria o contrário, porque foi com o início da servidão que se construiu um Estado imperial de tipo czarista (ANDERSON, 1995). Isso dificultaria a expansão do comércio, da divisão do trabalho e da urbanização (GERCHENKRON, 2015; OLIVEIRA, 2003). Durante, por exemplo, o governo de Pedro I (1682-1721) manteve-se a ordem social com domínio da

nobreza e da servidão, ao mesmo tempo em que se reformava a estrutura do Estado seguindo o modelo monárquico europeu. Com Catarina (1762-96) ocorreria até uma expansão territorial que impulsionou o pan-eslavismo por meio do deslocamento para o Sul, tornando a Rússia o maior país europeu, da mesma forma que se cristalizava a servidão.

Outro marco histórico deste império seria a Guerra da Crimeia (1853-1856), em que a Rússia perdeu para Turquia. O seu armamento era obsoleto, revelando que sem desenvolvimento capitalista não se iria muito longe na partilha imperial. Mas o problema era que as reformas absolutistas não seriam suficientes diante da liderança que o desenvolvimento inglês impunha no continente europeu. Mesmo com o início de sua industrialização e de ferrovias, não conseguia modificar sua economia seguindo um padrão ocidental europeu<sup>13</sup>.

Foi com o fim da servidão em 1861, que segundo Trotsky (1861), alguns nobres na Rússia, donos de fábricas que, em razão da crescente exportação de trigo para Europa, impuseram a necessidade do trabalho livre e do assalariamento; da mesma maneira que a burocracia czarista enfrentava a questão agrária impondo uma reforma de estilo prussiano. No entanto, diferente dos *Junkeers* na Alemanha, onde esse processo criou uma classe numerosa de trabalhadores sem terras, na Rússia sua aristocracia fixou os camponeses no meio rural para ofertarem força de trabalho barata; sem falar que não investiam em progresso técnico como os germânicos. Do ponto de vista da dinâmica capitalista, o impasse agrário impunha difíceis obstáculos à industrialização russa, tais como inibições ao crescimento da produção agrícola e limitações no poder de compra dos camponeses para bens industrializados<sup>14</sup>.

O saldo que Trotsky (1978) fez sobre o período absolutista eslavo foi que a despeito de se constituir como império e até avançar nas bases econômicas para erigir o capitalismo, a Rússia constituía um típico caso de dependência externa e de “subdesenvolvimento”, similar, portanto, a outras periferias. Do ponto de vista externo, a pressão da Europa rica drenava recursos do Estado russo, enfraquecendo as classes possuidoras e deixando as classes populares na miséria. Internamente, o desenvolvimento do Estado desde o século XVI não significou pujança nos termos europeus, visto que se constituiu como cópia de regimes despóticos da Ásia. Outro ponto é que distintamente do catolicismo ocidental que se formou como força dominante na Idade Média, na Rússia, o cristianismo serviu apenas de anteparo à autocracia absolutista sem concorrer com ela no poder.

---

<sup>13</sup> Sobre a derrota russa na Guerra da Crimeia e os limites do desenvolvimento capitalista russo em relação à indústria e sua utilização em uma economia de guerra ver Marx, Danielson e Engels (1981). Lima Filho (1993) traça um paralelo entre os dilemas do desenvolvimento capitalista russo com a Guerra da Crimeia e o contexto da Guerra do Paraguai no Brasil. A transição da Rússia czarista para o período soviético pode ser vista em Bushkovitch (2015) e Kemp (1985).

<sup>14</sup> Para mais detalhes desta questão, ver Gerschenkron, 2015 e Kemp (1985).



Igualmente, o eslavofilismo seria uma espécie de messianismo que imputava a falsa noção de democracia ao povo russo e sua Igreja. O artesanato também nunca se desvincilhou da agricultura, porque as cidades se especializaram mais no comércio do que na produção. Por fim, na gênese da formação econômica russa estaria a dependência ao capital internacional, visto que desde a fase absolutista até a industrial tal subordinação bloqueava as possibilidades de enraizar um capital comercial autônomo.

Na passagem para o século XX, esta herança se associava à dominação externa do imperialismo. A Rússia se industrializaria em concurso com o domínio do capital internacional, sendo suas burguesias submetidas a tal controle. Assim, temos uma industrialização específica, como mostrou Lênin (1982), depois Trotsky (1978), que ao internalizar a universalidade capitalista na forma de exploração da força de trabalho e em alguns elementos do progresso técnico, era um capitalismo dependente, com idiosincrasias eslavas. Ao traçar um panorama industrial russo entre o final do XIX até a Revolução de 1917, Vilella (1970) mostrou que os principais setores industriais eram Petróleo, dominado pelos irmãos Nobel em Baku (capital sueco), o aço com a siderurgia do Hugs na bacia de Krijov Rag, e o carvão. E até mesmo o desenvolvimento ferroviário que permitiu integrar o mercado interno russo e dele se conectar às regiões portuárias para acessar o comércio internacional, não deixou de ser menos dependente externamente que outros ramos industriais.

A dependência externa russa também pode ser avaliada pela articulação do sistema monetário à industrialização. Mesmo se chocando aos interesses dos grandes exportadores de cereais, a Rússia se submeteu ao Padrão Ouro em 1867 cuja estabilidade monetária, cambial e fiscal eram requisitos centrais para a atração de capital internacional. O objetivo de acumular reservas em ouro exigia vultosos saldos comerciais, fazendo com que as exportações de cereais fossem incrementadas de forma forçada, à revelia do crescimento da fome naquele país.

No limiar do século XX, a Rússia teria expressivo influxo de capital internacional. Vilella (1970) mostrou que entre 1898 e 1913 o capital internacional cresceu 7,5 vezes em relação a 1891-7, saindo do estoque de empréstimos externos e investimento direto estrangeiro (IDE) de 1,8 bilhões para 4,2 bilhões de rublos. Especificamente, o IDE se direcionou para a organização de bancos e formação de sociedades anônimas (SAs) industriais (50% nos dez maiores bancos na Rússia), sendo que o estoque de capital internacional em SAs na Rússia passou de 27,5 milhões de rublos em 1870, para 911 em 1900. A participação do capital internacional por ramo industrial (1916-7) seria: mineração (90%); metalúrgica e mecânica (42%); têxtil (28%); química (50%); e, madeira (37%). No caso do Petróleo, a produção russa em 1900 era maior que a dos EUA, mas grande parte dela também nas mãos da empresa estrangeira.

Em suma, havia um processo de industrialização relevante na Rússia, mas dinamizado pelo capital internacional, e, relativamente de baixa produtividade se comparado internacionalmente. Em 1913, a indústria russa tinha pequena densidade (ocupava apenas 9% da população economicamente ativa). Apresentava igualmente baixa tecnologia, visto que existiam poucos especialistas por conta da escassez de escolas técnicas, bem como as indústrias tradicionais eram extremamente dispersas, encarecendo o custo de transporte de matérias primas. Com relação aos países industriais em 1913, seu produto nacional bruto (PNB) representava 1/7 dos EUA, 1/3 da Alemanha, 1/5 da Inglaterra (Villela, 1970).

### 3. Desenvolvimento desigual e combinado na formação econômica russa

Posto que Lênin (1982) tenha superestimado em 1898 o potencial industrial russo e sua capacidade de difundir a lógica de produção e circulação capitalista a partir da possível solidez do mercado interno<sup>15</sup>, reconheceu a assimetria entre o capitalismo tardio eslavo de outras experiências da Segunda Revolução Industrial, definindo em linha com Marx a lógica do “desenvolvimento desigual” em seu país:

“Se se compara a época pré-capitalista da Rússia com o seu período capitalista (e é justamente essa comparação que deve ser feita para a correta solução do problema), é forçoso reconhecer que, sob o capitalismo, a nossa economia nacional se desenvolve muito rapidamente. Mas se a comparação é feita entre este ritmo de desenvolvimento e aquele que seria possível sob o nível atual da técnica e da cultura, deve-se, em geral, reconhecer que esse desenvolvimento do capitalismo na Rússia é realmente lento. E não poderia ser diferente: nenhum outro país capitalista conserva tantas instituições antigas, incompatíveis com o capitalismo, retendo o seu desenvolvimento e agravando infinitamente a situação dos produtores, que sofrem tanto pelo capitalismo como pelo seu insuficiente desenvolvimento” (LÊNIN, 1982, p.375).

Ao qualificar a particularidade capitalista russa nos mesmos termos de Lênin (1982), Trotsky (1978) reconstruiu os principais fatos históricos russos em 1930 para entender como sua formação econômica, social e política desaguaram em 1917. Assim, mostrou que a relação do moderno e do arcaico na Rússia produziu um “desenvolvimento desigual e combinado”:

“A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* [grifo do autor] histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado” (TROTSKY, 1978, p.25).

<sup>15</sup> Ao analisarem o potencial industrial russo, tanto Gerschenkron (2015), quanto Villela (1970), criticaram Lênin.

O “combinado” de Trotsky (*idem*) sugere que “o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* [grifo do autor] histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado”. A junção de diferentes tempos históricos em uma mesma formação histórica nacional: “significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha” (*idem, ibidem*). O argumento é enfatizado em relação à questão agrária e à indústria: “enquanto que a agricultura camponesa, até a Revolução, em sua maior parte, permanecia quase no mesmo nível do século XVII, a indústria russa, quanto à técnica e sua estrutura capitalista, encontrava-se no mesmo nível dos países adiantados e, mesmo sob alguns aspectos, os ultrapassava” (1978, p.28).

Em Trotsky também fica evidente a dependência russa ao capital financeiro:

“A fusão do capital industrial com o capital bancário efetuou-se na Rússia, de forma tão integral como talvez não se tenha visto semelhante em qualquer outro país. A indústria russa, porém, subordinando-se aos bancos, demonstrava efetivamente sua submissão ao mercado monetário da Europa Ocidental. A indústria pesada (metais, carvão, petróleo) estava quase inteiramente sob o controle financiador estrangeiro que criara, na Rússia, para uso próprio uma rede de bancos auxiliares e intermediários. A indústria mais ou menos 40% de todos os capitais investidos na Rússia, esta porcentagem nos ramos principais da indústria era bem mais elevada. Pode-se afirmar, sem receio de exagero, que o centro de controle das ações emitidas pelos bancos, pelas fábricas e manufaturas russas encontrava-se no estrangeiro e a participação da Inglaterra, da França e da Bélgica no capital atingia o dobro da participação alemã” (1978, p.29).

Ao terem como linha-mestra a anatomia e dinâmica capitalista russa, Lênin e Trotsky puderam identificar sua burguesia como sendo impotente para uma revolução democrática. Por outro lado, evidenciaram as especificidades da formação da classe operária russa que não havia saído do artesanato corporativo como na Europa Ocidental, mas do meio rural. Esse operário se formou na lógica da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, pois se constituiu aos trancos, sem o ritmo lento dos séculos ingleses, sofrendo rupturas violentas, principalmente do czarismo. Por isso, os operários incorporaram formas mais ousadas de revolução, enquanto a indústria era retardatária ao capitalismo ocidental<sup>16</sup>. Os determinantes políticos para uma teoria revolucionária radical tiveram na leitura deste preciso diagnóstico sua diretriz.

<sup>16</sup> Segundo Bushkovitch (2015, p.243), as dimensões da classe operária russa em 1861 eram 1 milhão de trabalhadores (fábricas e minas), em 1913, 3 milhões, com 30% de participação feminina; além de 500 mil em ferrovias e outros transportes; 1,5 milhão em trabalhos domésticos, num país com 180 milhões de pessoas.

Del Roio (2007), a partir da obra de Lênin, revelou como a leitura do processo histórico a partir do “desenvolvimento desigual” permitiu a liderança revolucionária russa escapar das armadilhas populistas do comunismo primitivo dos “narodniks”<sup>17</sup>; assim como extirpar do campo de análise o etapismo economicista dos mencheviques que propalavam um capitalismo russo como simples transplante da experiência ocidental europeia. Dialeticamente, o capitalismo penetrava por toda Rússia abalando e dissolvendo as heranças servis que os narodniks achavam perenes, mas ele não era genérico no sentido cosmopolita dos mencheviques, uma vez que constituía uma especificidade inscrita no Oriente russo por vários séculos. Ademais, o *ethos* da burguesia russa era dependente duplamente: do absolutismo czarista e das burguesias europeias. Isso tirava, portanto, a força do argumento menchevique segundo o qual a diretriz da revolução russa teria que ser democrático-burguesa. Ao contrário, porque o sujeito histórico da revolução não seria nem a burguesia russa e nem o camponês, mas o proletariado. Desse modo, a tarefa do partido revolucionário, que se realizou de fato com os bolcheviques, era de servir como um instrumento de mediação política adequada à situação concreta, cuja forma de organização deveria ser clandestina, centralizada e composta por “revolucionários de profissão” (operários e intelectuais pequeno-burgueses)<sup>18</sup>.

#### 4. Guerra imperialista e revolução

Em linhas gerais, a leitura realizada pelos teóricos marxistas de que o imperialismo representava a crise do capitalismo enquanto força progressista, transformada em barbárie, tinha na guerra sua manifestação concreta, sendo a luta pelo socialismo, anticapital e internacionalizante, a saída para as armadilhas impostas pela “aristocracia operária” – sindicatos enriquecidos, cooptados pelos nacionalismos. A formação econômica russa dependente e “subdesenvolvida” se impunha nesta realidade, cuja guerra imperialista e revolução guiariam os passos políticos nos quais o marco de 1917 seria o ápice do processo de ruptura. Pela primeira vez o acúmulo de uma cultura marxista vinda do século XIX se consubstanciaria numa revolução exitosa e que abriria a possibilidade de regiões periféricas se colocarem como vanguardas descolonizadoras.

---

<sup>17</sup> “Buscavam na organização social dos camponeses em comunidades agrárias a chave e o fundamento de uma passagem da Rússia para o mundo moderno, superando o feudalismo e contornando o capitalismo em único movimento. A comuna agrária era então vista como a expressão mais pura do *narod*, subjugado pela autocracia czarista e pela tentativa de intrusão capitalista. O capitalismo, por sua vez, era visto como uma excrescência alheia à ‘alma do povo’, cabendo aos camponeses a realização de um singular socialismo agrário oriental, um tipo de socialismo de Estado” (DEL ROIO, 2007, pp.267-8).

<sup>18</sup> A análise mais detalhada da questão política de Lênin no partido bolchevique diante da realidade histórica russa poder ser vista em Del Roio (2007).

Um ponto de partida nos fatos que desencadearam as revoluções foi a guerra da Rússia com o Japão (1904-5)<sup>19</sup>. Este último país se mostrava como uma potência em ascensão, cujo objetivo era criar um imperialismo moderno na região da Manchúria que se chocava com a pretensão do país eslavo que ambicionava um porto no mesmo território. Na disputa de interesses antagônicos, o pêndulo favoreceu o Japão, que ao contrário da Rússia tinha uma economia de guerra representada pela superioridade de sua marinha. O embate entre os dois impérios revelava quem de fato detinha um poder imperialista que o projetava no capitalismo do século XX. A Rússia se mostrava presa a um absolutismo tardio, incapaz de fazer um acerto de contas com seu passado para participar do clube seletivo que disputava o mercado mundial.

As contradições da formação econômica russa se aceleravam diante dessa guerra, originando importantes inovações políticas para lidar com seu “desenvolvimento desigual e combinado”, tais como a Revolução de 1905. A derrota da Rússia para o Japão abalou seu czarismo e sua burguesia liberal, impulsionando o movimento de massas. A classe operária já mostrava sua autonomia, se organizando pela primeira vez em sovietes<sup>20</sup>. Os camponeses avançaram para conquista de terras, e frações militares se colocaram contra a monarquia. “Entretanto, todas as forças revolucionárias manifestavam-se, pela primeira vez, carecendo de experiência e sem confiança em si mesma” (TROTSKY, 1978, p.31). Quer dizer, não bastava abalar as estruturas, seria necessário derrubá-las.

Entre 1905 e 1917 houve um avanço do desenvolvimento capitalista na Rússia onde se aumentaram os investimentos, principalmente em formação bruta de capital fixo, assim como se ampliou a proletarização da população economicamente ativa (GERSCHENKRON, 2015), dotando a burguesia russa de uma maior complexidade econômica e poder sobre o mercado interno. No entanto, isso não significou menos dependência em relação ao capital internacional, que, igualmente, estendeu seu controle sobre o parque produtivo russo. A pequena burguesia e a intelectualidade liberal também não conseguiram enraizar-se nacionalmente de modo a guiar politicamente as possíveis soluções para as contradições do capitalismo russo. Como mostraram Lênin e Trotsky só o proletariado poderia prover os camponeses de um programa com uma direção clara para uma nova revolução<sup>21</sup>, e mais radical que fora a de 1905. O resultado histórico dessa *práxis* revolucionária russa

---

<sup>19</sup> Sobre este contexto ver Bushkovitch (2014).

<sup>20</sup> Aqui também uma inovação social para organização política e cultural de trabalhadores, camponeses e soldados que buscavam a revolução e a superação do poder estatal ao criarem conselhos a partir do desfecho contrarrevolucionário de 1905. Além de organizar o modo de intervenção política na Rússia, delinear as táticas grevistas e as formas de proteção contra a ordem, os conselhos (sovietes) eram uma tentativa de criar uma nova sociabilidade que fosse autogestada, sem o direcionismo estatal ou a verticalidade imposta pelo burocratismo partidário. Para uma discussão aprofundada sobre o papel dos sovietes no contexto das revoluções russas ver Anweiler (1974), Pannekoek (2015) e Trotsky (1980).

<sup>21</sup> A impotência revolucionária dos camponeses foi qualificada por Sampaio Jr (2011, p.53) do seguinte modo: “sem projeto histórico, a massa camponesa, a maior vítima do regime czarista, não conseguia traduzir em alternativas políticas concretas o seu estado de revolta permanente - que não raro eclodia na forma de levantes armados violentos. Sem apontarem soluções para os problemas da

se deu via soviéticos. Segundo Trotsky (1978, p.32): “os soviéticos de 1905 alcançaram em 1917 um formidável desenvolvimento. Note-se que os soviéticos não são simplesmente um produto do atraso histórico da Rússia, mas sim o resultado de um desenvolvimento combinado”.

Entre as duas revoluções, de 1905 e 1917, haveria outra guerra, a Primeira Guerra Mundial, que complementava o desfecho revolucionário por seu importante condicionante externo sobre a realidade eslava. Segundo Bushkovitch (2015), o governo de Nicolau II (1894-1917) reconheceu na guerra (pretensamente curta) uma possibilidade de ganhos empresariais e de bloqueios a uma nova revolução. Por de trás de tal ambição czarista, o jogo imperialista internacional que vinha do final do século XIX era extremamente complicado para a Rússia<sup>22</sup>. Em 1907, a Rússia e a Grã-Bretanha entraram em acordo e assinaram um tratado de paz ao dividirem as áreas de influência no Irã, e assim se constituía a Tríplice Entente com a França, contra Alemanha, Áustria-Hungria e Itália (Tríplice Aliança). Várias regiões estavam em conflito, sendo a principal os Balcãs. A Rússia se aliou à Sérvia, que bloqueava as intenções de expansão alemã no Império Otomano. A Alemanha, por sua vez, procurava uma aliança turca contra a Grã-Bretanha. Em 1909, a Áustria, com auxílio alemão, humilhou a Rússia ao anexar a Bósnia-Herzegovina (protetorado austríaco desde 1878). Em junho de 1914, o herdeiro do trono austro-húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando, seria assassinado por um jovem nacionalista sérvio Gavrilo Princip, e, assim começava a Primeira Guerra Mundial.

Na Rússia do início da Primeira Guerra, mesmo com o crescimento econômico e a classe operária em expansão, sua indústria de armamentos era ultrapassada, o que já tinha sido evidenciado na guerra contra o Japão. As posições dos socialistas em relação à guerra ficavam entre a neutralidade dos mencheviques, que também não se opunham diretamente, e os bolcheviques, liderados por Lênin e dissidentes mencheviques, como Trotsky, que eram totalmente contrários. A debilidade russa em apresentar uma economia de guerra à altura da disputa imperialista do capital financeiro pelas áreas

---

sociedade, o pequeno produtor agrícola e os trabalhadores rurais oscilavam entre o conservadorismo reacionário, que os aproximava da burguesia, e o radicalismo revolucionário, que os fazia pender em direção aos operários”. A tática de Lênin, segundo o autor, seria “consciente das diferenças estratégicas entre o proletariado – antípoda do capital – e o camponês – um pequeno-burguês –, Lênin insiste na necessidade de que a composição com os camponeses pobres tivesse como base programática ‘a supressão dos restos do regime feudal’ e ‘o livre desenvolvimento da luta de classes no campo’ - único meio de levar a conquista da liberdade política e econômica às últimas consequências. A primeira condição contrapunha a revolução aos interesses dos senhores feudais; a segunda, aos da burguesia” (2011, p.54).

<sup>22</sup> Segundo Bushkovitch (2015, pp.291-2) “foi na política externa e econômica que os anos de Alexandre III [1881-94] trouxeram mais mudanças. Nos anos seguintes à Guerra da Crimeia, o príncipe Gorchakov manteve o país firmemente no campo tradicional da amizade com a Prússia, tentando ao mesmo tempo aliviar a tensão com a Grã-Bretanha e a França. Quanto a isso ele só teve êxito parcial, e a posição ambígua da Alemanha de Bismark ao final da Guerra Russo-Turca em 1878 minou a antiga aliança entre Berlim e São Petersburgo. À medida que a Alemanha aproximou-se da Áustria ao longo da década de 1880, a relação desgastou-se ainda mais, pois tanto a Rússia quanto a Áustria tinha intenções nos Balcãs. A competição entre a Rússia na Bulgária em 1886. O esfriamento resultante das relações russo-alemãs deixou a Rússia efetivamente isolada na Europa. A nova Alemanha, no entanto, fora construída sobre a vitória na guerra franco-prussiana e a anexação da Alsácia-Lorena, e portanto tinha a França como inimigo implacável. A Rússia e a França logo perceberam um interesse comum e, em 1893, a grande República e a autocracia do Leste assinaram um tratado que fez delas aliadas contra a Alemanha.”.

de influência no mercado mundial, aliada à definição política dos soviets formados em sua grande maioria por operários, mas também por camponeses, intelectuais revolucionários, e militares críticos ao czarismo, construiriam as bases sociais de um experimento universalmente novo: a Revolução de 1917.

Do ponto de vista internacional, como enfatizaram Carr (1969) e Hobsbawm (1998), a Revolução Bolchevique se mostrava como o maior acontecimento do século XX ao revelar-se ao mesmo tempo como causa e consequência do declínio do capitalismo. A revolução também desnudava os dilemas específicos da questão nacional russa, visto que o czarismo ocultava uma estagnação da economia rural e impulsionava o acúmulo de famintos e miseráveis camponeses. Embora originado na Rússia nos anos 1890 com a industrialização, o liberalismo burguês se circunscreveu a uma classe burguesa influente e rica, mas, quase inteiramente, dominada pelo capital internacional.

Dessa maneira, três níveis de revoltas de 1905 reencarnavam-se em 1917 (CARR, 1969): i)- revolta dos liberais e constitucionalistas burgueses contra uma autocracia arbitrária e antiquada; ii)- revolta dos trabalhadores em geral; iii)- revolta violenta, intensa, porém desorganizada dos camponeses. Repetiam-se as mesmas inquietações internas, adicionadas ao cansaço e insatisfação com o andamento da Primeira Guerra. A forma intermediária encontrada para enfrentá-las foi a abdicação do trono czarista e a implantação de um governo provisório comandado pela Duma<sup>23</sup>, mas que se revelou de caráter híbrido e limitado nas reformas, tal como em 1905. A anistia dos revolucionários de 1905, bolcheviques e mencheviques, reforçaram a base já sólida do soviete de Petrogrado que se antagonizavam com a Duma. Ao chegar em abril, Lênin rechaçou de imediato o movimento por ser delimitado e engessado nos termos de uma revolução burguesa, defendendo dentro do partido, isoladamente, a luta pelo socialismo. Os trabalhadores dos soviets, comissões de soldados e camponeses que ocupavam terras, não queriam a instauração de um regime democrático burguês centralizado.

A autonomia do processo de organização política dos trabalhadores, que em alguns decretavam até Repúblicas Soviéticas, embalados por visões utópicas de emancipação humana, punha o socialismo como ordem do dia<sup>24</sup>. Entre junho e julho, Lenin (1973) defenderia as famosas *Teses de*

<sup>23</sup> Assembleia legislativa do final do Império Russo.

<sup>24</sup> Segundo Sampaio Jr. (2011), boa parte da clareza em definir em cima dos acontecimentos as estratégias e táticas revolucionárias que se tornaram exitosas, deve-se ao método de Lênin de analisar a realidade concreta. Segundo o autor, “a constatação de que havia um grande descompasso entre os condicionantes econômicos e políticos da luta de classes, descompasso evidenciado na elevada combatividade do incipiente operariado em países capitalistas atrasados (como a Rússia) e na surpreendente acomodação dos trabalhadores das economias capitalistas mais avançadas (como a Inglaterra), abria a possibilidade de que a transição socialista fosse iniciada pela classe operária das sociedades que compunham o elo fraco do sistema capitalista. Em aberta contradição com a tese consagrada pela 2ª. Internacional de que a superação do capitalismo estaria sobre determinada pelo grau de desenvolvimento das forças

abril em que o poder teria que ser socialista e dos soviets. Em julho ainda, as autoridades da Duma resolveram abafar os soviets e Lênin teve que fugir para Finlândia onde escreveria *Estado e Revolução* (LÊNIN, 2017), cuja tese central seria sobre o processo revolucionário segundo o qual “o Estado deveria morrer para a liberdade florescer”. Em setembro, o general direitista Kornilov assumiu o poder, no mesmo instante em que os bolcheviques constituíam maior número nos soviets de Petrogrado e Moscou. No mês de outubro, enfim, Lênin regressou à Rússia e o plano de operação revolucionária se efetivou com Trotsky e a Guarda Vermelha, composta em sua maioria por operários que ocuparam postos-chave e que avançaram sobre o Palácio de Inverno. O primeiro-ministro, Kerenski, fugiu para o exterior.

O êxito da Revolução de 1917 na visão de Lênin (1973) dependia de a guerra civil, que se iniciou em seguida (1917-1922), transpor a guerra imperialista e converter-se em revolução mundial. Para isso seria necessário um Estado socialista transitório que se firmasse como guardião da classe operária de modo a protegê-la do chauvinismo e das mistificações pequeno-burguesas que fazia parte do jogo imperialista. A história se mostrou mais complexa, sendo que o experimento anticapitalista e emancipador se desvirtuou.

## 5. Conclusão

Independentemente da orientação ideológica ou interpretativa que se queira extrair, a Revolução de 1917 selou uma fratura no modo de produção capitalista para sempre, que nem 1989 ou 1991 puderam eclipsar. A queda da União Soviética não foi o “fim da história”, portanto. O processo de desenvolvimento capitalista russo, do mesmo modo que apresenta um caso nacional específico de economia tardia, traz no bojo de sua história a universalidade do controle imperialista sobre espaços econômicos nacionais em construção e a possibilidade de sua superação por meio de uma revolução anticapitalista.

Fica também a lição para economias dependentes e subdesenvolvidas como as latino-americanas que enfrentar seu passado, de modo a romper com a condição de colônia ou neocolônia,

---

produtivas, Lênin ressalta que os mesmos processos que limitavam o espírito revolucionário da burguesia – a internacionalização da concorrência e da luta de classes sob a égide do capital financeiro – ampliavam exponencialmente o potencial revolucionário do proletariado nas formações econômicas e sociais atrasadas” (2011, p.66). Assim, “as circunstâncias que condicionavam a revolução russa condenavam-na a assumir formas muito originais. Por um lado, a radicalização da revolução democrática e seu caráter anti-imperialista obrigavam o Estado democrático popular a combater todos os privilégios, empurrando a Rússia para o socialismo. Por outro, o primitivismo da sociedade soviética, o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, a debilidade do proletariado e o elevado peso da pequena burguesia no campo bloqueavam a possibilidade de uma transição efetiva para o comunismo. É a avaliação de que a revolução operária não poderia ficar enquadrada nos marcos do regime burguês, sob o risco de ser engolida pela contrarrevolução, e de que ela não poderia implantar o socialismo, por absoluta ausência de condições objetivas e subjetivas, que leva Lênin a pensar a revolução russa como uma situação intermediária entre o capitalismo e o socialismo –, um processo histórico sui generis que desencadeia uma transição do capitalismo para o socialismo – um regime econômico e social inesperado, surgido de uma situação de fato, gerada pela luta de classes, que não caberia em nenhuma concepção abstrata de revolução socialista” (2011, pp.75-6).



implica um esforço social descomunal, que as burguesias nativas, sempre associadas e subordinadas ao capital internacional, evitam assumir. Assim, o enfrentamento ao imperialismo terá que ser feito de forma nacional, popular e democrática, mas, numa revolução de projeção internacional que transcenda o capitalismo. Ao reproduzir de forma combinada as revoluções e as contrarrevoluções em áreas periféricas como África, Ásia e América Latina em todo século XX, a Revolução Russa de 1917 se colocou como a principal matriz de tais acontecimentos. Mesmo tal experimento societário sendo tão ridicularizado pelo conservadorismo que rege a economia mundial na atualidade, ou por setores ditos “progressistas”, mas que abandonaram a luta anticapital, ele sobrevive como um aprendizado para futuros enfrentamentos que terão que ser realizados em nome da emancipação humana.

## 6. Bibliografia

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- APTHEKER, Hebert. *Uma nova história dos Estados Unidos: a revolução americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- ARAMATSU, Paul. *Meiji – 1868: revolución y contrarrevolución em Japon*. Mexico, Espanha; Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 1977.
- ANWEILER, Oskar *The Russian Workers, Peasants, and Soldiers Councils, 1905-1921*. New York: Pantheon Books, 1974
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e Seus Reflexos no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BARAN, Paul Alexander *A Economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984
- BERNSTEIN, Eduard. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas Del socialismo; el revisionismo en la socialdemocracia*. México: Siglo XXI, 1982.
- BETTELHEIN, Charles. *A Luta de Classe na União Soviética*, vol. 1, Primeiro Período, 1917-1923. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.
- BREWER, Anthony. *Marxist theories of imperialism: a critical survey*. 2nd. ed. London and New York: 1990.
- BROWN, Michael B. *A Economia política do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1984.
- BUSHKOVITCH, Paul. *História concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2014.
- CAMPOS, Fábio Antonio; SABADINI, Maurício de Souza “Hilferding e o nexu imperialista entre capital financeiro e exportação de capital”, *Texto para discussão n°243*, Instituto de Economia – Unicamp, 2014.
- CARR, Edward Hallett. *A Revolução Russa, de Lênin a Stalin*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1969.
- CHILCOTE, Ronald “Trotsky e a teoria latino-americana do desenvolvimento”, *Crítica Marxista*, n.34, p.87-110, 2012.
- COGGIOLA, Oswaldo. “Outubro de 1917: bolchevismo, revolução e drama” In: MACIEL, David; MAIA, Cláudio; LEMOS, Antonio Henrique (Orgs.). *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Goiânia: CEPEC, 2007.
- DEL ROIO, Marcos “A Revolução Russa e a dialética nacional / internacional no pensamento de Lênin” In: MACIEL, David; MAIA, Cláudio; LEMOS, Antonio Henrique (Orgs.) *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Goiânia: CEPEC, 2007.

- DEMIER, Felipe “A Lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky e a Revolução Russa”  
In: DEMIER, Felipe; Monteiro, Marcio Lauria. (Orgs.) *100 Anos depois: a Revolução Russa de 1917*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- \_\_\_\_\_; MONTEIRO, Marcio Lauria. (Orgs.) *100 Anos depois: a Revolução Russa de 1917*.  
Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*.  
São Paulo: 34, 2002.
- FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GERSCHENKRON, Alexander *O Atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Rio  
de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2015.
- GRAMSCI, Antônio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hidra, 2007.
- HAMILTON, Alexander. *Papers on public credit, commerce and finance*. Columbia University  
Press, 1934.
- HILFERDING, Rudolf. *O Capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense  
Universitária, 1986a.
- \_\_\_\_\_. *A Era do capital, 1848-1875*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986b.
- \_\_\_\_\_. *Era dos Impérios 1875-1914*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras,  
1998.
- HOBSON, John Atkinson. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- IASI, Mauro “Introdução - As Revoluções do século 19 e a poesia do futuro” In: MARX, Karl. *A  
Revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- KAUTSKY, Karl Johann. “O Imperialismo e a guerra”, *História & Luta de Classes*, n.6, Novembro  
2008, pp.73-77.
- KEMP, Tom. *A Revolução industrial na Europa do século XIX*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- KENWOOD, A. G; LOUGHEED, Alan Leslie. *Historia del desarrollo económico internacional:  
desde 1820 hasta Primera Guerra Mundial*. Madrid: Ediciones Istmo, 1972.
- LENIN, Vladimir, Ilyich *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do  
mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1982.
- \_\_\_\_\_. *Obras escogidas*. Moscú: Progreso, 12v, 1973.
- \_\_\_\_\_. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Obras completas: cuadernos sobre el imperialismo*. Moscú, Editorial Progreso, tomo  
28, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Estado e revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- LIMA FILHO, Paulo Alves. *A Economia política do complexo industrial-militar – o caso do Brasil*.  
São Paulo: 1993. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais – Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. “A Falência da transição comunista e o retorno do capitalismo à Rússia - a propósito  
do 100º aniversário da Revolução Russa” In: *Pensando com Marx*. Marília-SP: Lutas  
anticapital; São Paulo: Aramarani, 2018.
- LIST, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LOSURDO, Domenico *Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa Vistas de Hoje*.  
Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- LÖWY, Michael “A Teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, Outubro, n.1, 1998.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*.  
São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução Russa*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.

- MACIEL, David; MAIA, Cláudio; LEMOS, Antonio Henrique (Orgs.). *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Goiânia: CEPEC, 2007.
- MARX, K *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Capital: crítica da economia política*. São Paulo, Nova Cultural (Os Economistas), 3 tomos, 1984.
- \_\_\_\_\_; DANIELSON, N. F.; ENGELS, F. *Correspondencia 1868-1895*. México: Siglo XXI Editores, 1981.
- MARXISMO21 *Dossiê: Cem Anos da Revolução Russa*, < <https://marxismo21.org/cem-anos-da-revolucao-russa/> > acessado em 18 de janeiro de 2019.
- MOMMSEN, Wolfgang J. *La época del Imperialismo*. Europa 1885-1918. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- MONTEIRO, Marcio Lauria; MELO, Demian Bezerra “A Historiografia da Revolução Soviética e os ciclos de revisionismo” In: DEMIER, Felipe; MONTEIRO, Marcio Lauria. (Orgs.) *100 Anos depois: a Revolução Russa de 1917*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- MOORE Jr., Barrington. *As Origens sociais da ditadura e da democracia*. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos, Martins Fontes, 1967.
- NOVACK, George. *A Lei do desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann, 2011.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa. *O Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: UNESP, 2003.
- PANNEKOEK, Anton “A Organização dos Conselhos Operários”, *Marxismo e Autogestão*, ano 2, n. 3, jan./jun, pp.37-46, 2015.
- REED, John. *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*. São Paulo, Editora Global, 1978.
- REIS FILHO, Daniel Aarão *Uma revolução perdida: a história de socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Manifestos vermelhos e outros textos históricos da Revolução Vermelha*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.
- SAMPAIO Jr., Plínio Soares de Arruda. Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. Apresentação In: LENIN, V. I. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas-SP, FE-Unicamp (Navegando publicações), 2011.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- TROTSKY, Leon *A História da Revolução Russa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução traída*. São Paulo: Global, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução desfigurada*. São Paulo: Ciências humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução permanente*. 2. Ed. São Paulo: Kairós, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Balço e perspectivas*. Pelotas-RS: Delfos, 1973.
- \_\_\_\_\_. Por los Estados unidos socialistas de América Latina. Buenos Aires: Editorial Coyoacán, 1961.
- VARELA, Raquel “A Guerra das guerras, a revolução das revoluções, 1917”. In: DEMIER, Felipe; MONTEIRO, Marcio Lauria. (Orgs.) *100 Anos depois: a Revolução Russa de 1917*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- VILLELA, Annibal “O Desenvolvimento industrial da Rússia, 1860-1913”, *Revista Brasileira de Economia*, 24 (1), jan-mar, pp.31-58, 1970.